

**PESCA ARTESANAL: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE CARIPI
NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA**

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-110>

Data de submissão: 09/11/2024

Data de publicação: 09/12/2024

Waldilene do Carmo Garcia

Doutoranda em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
Universidade Federal do Pará/Núcleo de Meio Ambiente.
E-mail: waldilene.garcia@gmail.com

Norbert Fenzl

Pós doutor em Ciências Ambientais
Universidade Federal do Pará/Núcleo de Meio Ambiente.
E-mail: nfenzl01@gmail.com

RESUMO

A pesca artesanal é significativa para os ribeirinhos amazônicos que sobrevivem desta atividade há gerações, sendo a base de sua reprodução social e econômica. A pesquisa foi realizada no município de Cametá na comunidade de Caripi com pescadores e Agentes comunitários de saúde (ACS), por meio de visitas nas residências, acompanhamento das atividades e diálogos a respeito das dificuldades cotidianas enfrentadas pelos pescadores. A pesquisa identificou os problemas, iniciativas implementadas e possíveis soluções apresentadas pelos próprios pescadores e mostrou a capacidade de resiliência da comunidade pesqueira na superação das adversidades enfrentadas. Os pescadores se mostraram cientes que a pesca artesanal como foi tradicionalmente praticada não oferece condições de sobrevivência para seus descendentes e futuras gerações. Neste sentido, as iniciativas como a criação de cursos de formação e preparação da juventude das comunidades pesqueiras apontam para soluções factíveis que precisam de apoio dos gestores municipais e estaduais.

Palavras-chave: Pesca Artesanal. Problemas Hídricos. Descaso Com Os Ribeirinhos.

1 INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é uma atividade que está presente nas vidas dos ribeirinhos, principalmente na Amazônia brasileira. Esta pesca é herança dos nativos (indígenas) que muito ensinaram aos povos a importância da atividade pesqueira para a subsistência de forma sustentável. A Lei Federal Nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, institui a pesca artesanal como uma atividade exercida por produtores autônomos ou em parcerias em seio familiar onde seus apetrechos não empregam tecnologias mecanizadas e seu consumo é local (BRASIL, 2003).

A pesca artesanal no município de Cametá é uma atividade que foi muito atingida pela instalação da usina hidrelétrica de Tucuruí com as inundações das florestas o que causou o processo de decomposição, tornando a água ácida. A acidez e a multiplicação de algas alteraram os aspectos físicos e químicos da água originando impactos na reprodução de grande parte das espécies piscícolas, tais como: Retenção da maioria dos peixes acima da barragem, o empecilho à migração das espécies de piracema (migradores) e aumento de doenças de veiculação hídrica.

Segundo o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA a cidade de Cametá-PA, conta no ano de 2020 com uma população de 139.364 habitantes, (IBGE, 2020). Cametá não possui aterro sanitário como determina a Lei Federal Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduo Sólido (PNRS) (BRASIL, 2010). A cidade conta somente com um lixão a céu aberto, não dispõe de coleta e tratamento de esgoto, estes são despejados diretamente no Rio Tocantins, contribuindo assim com mais poluição da água do rio, prejudicando os ribeirinhos que utilizam a água para consumo, tomar banho, cozinar, e lavar vasilhas e roupa, etc.

Desta forma, este estudo tem como propósito averiguar as dificuldades sociais, econômicas e ambientais dos pescadores da comunidade de Caripi e verificar ações e soluções sustentáveis para amenizar os problemas identificados.

2 METODOLOGIA

O lócus da pesquisa foi a comunidade de Caripi, à margem do rio Tocantins, localizada no município de Cametá-PA, aproximadamente 14 km da cidade. A comunidade conta com aproximadamente 150 famílias segundo as informações dos agentes comunitários de saúde (ACS).

Este trabalho consistiu de um lado no registo detalhado das atividades pesqueiras e no diálogo com os pescadores e o coordenador da colônia Z-16 de Cametá/PA, para identificar e analisar os problemas e possíveis soluções para as dificuldades enfrentadas pelos pescadores da região. Por outro lado, os ACS forneceram também informações importantes sobre suas experiências com as famílias dos pescadores, a partir do levantamento de dados cadastrais.

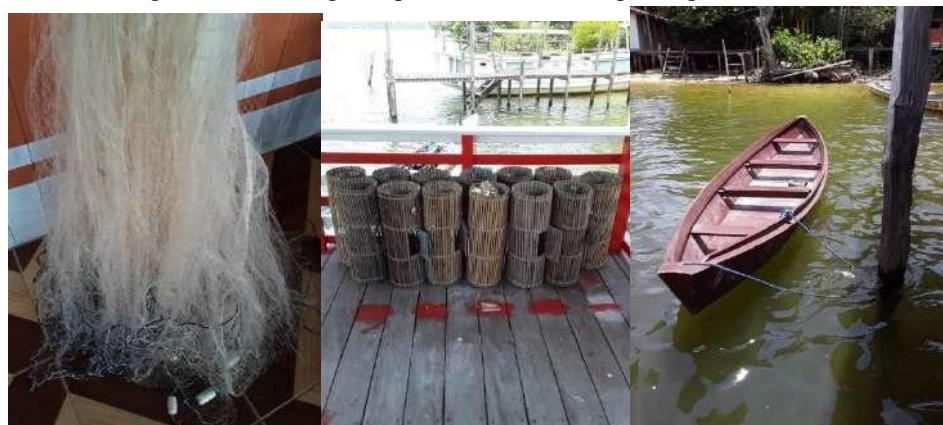
Como se trata de pescar artesanal os apetrechos são simples um tanto quanto rudimentar e muitos deles são confeccionados pelos pescadores da própria localidade como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1- Equipamentos mais usados na pesca e os tipos de pescados capturados

Equipamentos	Tipo de pescados
Matapi	Camarão e peixe
Malhadeira (rede)	Peixe
Parí	Camarão
Caniço	Peixe
Paredão (fixo)	Peixe
Tarrafa	Camarão e peixe

Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

Figuras 1,2 e 3- Alguns apetrechos essenciais para a pesca artesal



Fonte: Pesquisa de campo dos autores, 2020.

Figuras 4 e 5- O remo para as pescarias de casco no rio Tocantins



Fonte: Pesquisa de campo dos autores, 2020.

O casco e o remo ainda são os principais meios de transporte para a atividade pesqueira porque possibilita a pesca individual. Quando a maré está boa para colocar a malhadeira (rede de pesca), como os ribeirinhos dizem, é o momento de puxar o casco para água e se aventurar no rio. Já os matapis de capturar camarão e de peixe normalmente são colocados com a maré baixa. Para capturar camarão e peixe com a tarrafa não se utiliza o casco porque exige muito movimento ao lançar as redes. A pesca com caniço utiliza o casco, e no período de inverno as pessoas pescam da ponte porque as marés são muito altas e a água fica turva.

A pesca com o matapi de camarão é realizada todos os dias, tanto no período de inverno quanto no verão amazônico. A figura (6) mostra o pescador mais idoso da comunidade com 92 anos de idade na atividade colocando o matapi. A pesar da idade avançada, ele realiza diariamente suas atividades pesqueiras, além de outras como: Capinar, coletar cacau, criar porcos, e vender seus produtos na feira livre da cidade de Cametá.

Figura 6- Pescador colocando matapi para capturar camarão.



Fonte: Pesquisa de campos dos autores, 2020.

3 RESULTADOS/DISCUSSÃO

Em rodas de conversas com o Coordenador da Colônia Z-16 da comunidade de Caripi, ele relatou que na função que exerce há aproximadamente 15 anos, intensas lutas foram travadas para assegurar que os pescadores fossem beneficiados com o seguro defeso.

“Este seguro é uma ajuda ao pescador, pois quando chega à época da piracema não é permitido pescar, assim os nossos pescadores precisam contar com o seguro defeso. Infelizmente tem pescador que não consegue por questões burocráticas do sistema”. (GARCIA, J.N.A. 2020).

Segundo o Coordenador, a luta pelos direitos adequiridos em lei ainda é muito grande, porém aos poucos essa realidade vem mudando. Primeiro passo foi organizar a coordenação em Caripi após

mudança de gestão. Atualmente, os pescadores conseguem alguns benefícios estando associado à Colônia Z-16 de Cametá/PA, tais como: Auxílio doença, auxílio maternidade, seguro defeso e aposentadoria.

Em relação ao seguro defeso ainda há muito o que melhorar porque dificilmente o dinheiro é liberado quando a pesca fecha no período de 1 de novembro a 28 de fevereiro. Além disso, o banco responsável pelo pagamento do seguro defeso é a Caixa Econômica Federal que não consegue atender a alta demanda.

3.1 PROBLEMAS RELACIONADOS AO SEGURO DEFESO

Tem pescador que por inadimplência não consegue assinar o seguro defeso e por conta disso, fica impossibilitado de receber o auxílio. Outro problema é o próprio sistema deficitário que a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá/PA utiliza para dar entrada no seguro defeso. Ocorreram muitos casos em que o pescador consta no sistema como funcionário de alguma empresa fora do estado sem nunca ter saído do município, isso atrapalha o recebimento do auxílio.

Além das dificuldades no acesso ao seguro defeso, existem problemas no banco responsável pelo pagamento do seguro. Quando o dinheiro está liberado os pescadores ficam na fila da caixa econômica por dias para conseguir sacar, às vezes, entram em confronto com quem vai guardar lugar na fila para vender vagas, cujos os preços variam de 40 a 100 reais por vaga, o que causa muita revolta. A segurança pública não consegue conter essa prática criminosa e muito menos o Presidente da Caixa Econômica Federal.

3.2 IMPACTOS AMBIENTAIS

Em diálogos com os pescadores muito foi relatado que antes da instalação da hidrelétrica de Tucuruí haviam diversas espécies de peixes e em grande quantidade que alimentavam as famílias e o que excedia eram vendidos para comprar outros mantimentos. Hoje, o que o pescador consegue pescar apenas supre as necessidades alimentares da família.

O mapará (*Hypophthalmusmarginatus*) foi uma das espécies mais afetadas, é um dos alimentos que fazem parte da dieta dos cametaenses, peixe símbolo da região que se alimenta de fito e zooplâncton.

Figura 6- Mapará



Fonte: Castro, 2023.

Além da usina hidrelétrica em Tucuruí existe a questão da precariedade do saneamento básico no município de Cametá que contribui para a poluição do ecossistema aquático. A tabela a seguir mostra os dados de 2010 a 2018 sobre a real situação da coleta e tratamento de esgoto a partir do levantamento feito no (Painel Saneamento Brasil, 2018).

Tabela 2- Coleta e tratamento de esgoto da cidade de Cametá

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Esgoto coletado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Esgoto tratado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Esgoto não tratado	10.871,00	10.916,00	9.000,00	12.000,00	11.200,00	12.068,00	12.155,00	12.168,00	12.197,00

Fonte: Painel Saneamento Brasil, 2018.

A partir dos dados na tabela (2) se percebe que o saneamento básico não é prioridade no município e que os gestores não buscam mudanças em prol da população ribeirinha que mais são atingidos pela poluição dos rios. Um pescador relatou o seguinte:

“Já faz bastante tempo que os nossos peixes praticamente desapareceram sabe, antigamente eu ia pescar não demorava muito no rio, agora passo a noite toda para conseguir o almoço dos meus filhos. No tempo do meu pai o nosso almoço era um banquete. Às vezes eu passo a tarde toda colocando malhadeira e volto para casa sem nada. Nosso rio está morrendo com tanta poluição (...) é muito triste para um pescador que viveu bons tempos” (Entrevista de campo RIBEIRO, J.F. 2020).

Este relato do seu Ribeiro mostra a importância e necessidade do cuidado e zelo pelo rio, pois os pescadores dependem dele para sua subsistência e atividades comerciais e comunicação. Esta afirmação do pescador está em consonância com a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que prevê ações voltadas para a questão de preservação da flora e da fauna (BRASIL, 1981).

Além da drástica diminuição do pescado no município de Cametá as doenças de veiculação hídrica são comuns na região, o que pode ser verificado no depoimento de um pescador, pai de família: “—todo ano um dos meus três filhos adoece com dor de barriga e diarreia o médico diz que é da água do rio que eles bebem quando vão tomar banho” (Entrevista de campo, BARROSO, M.P. 2020).

A tabela (3) mostra os números de internações em Cametá por doenças de veiculação hídrica, inclusive por diarreia e as despesas por internações.

Tabela 3- Internações por doenças de veiculação hídrica e despesas pelas internações

Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Internações por diarreia	813	770	621	718	636	543	701	536	485
Internações por doenças de veiculação hídrica	1.139	1.419	753	758	643	554	718	563	524
Despesas com internações	371.859,47	429.829,55	252.275,12	263.519,12	225.801,86	191.260,19	249.189,70	195.392,29	180.066,16

Fonte: Painel Saneamento Brasil, 2018.

Os dados da tabela acima são preocupantes tanto em Cametá, assim como para os demais municípios do baixo Tocantins. A pesar dos problemas socioambientais apontados e discutidos existem iniciativas que buscam mitigar os impactos sociais negativos enfrentados pelos pescadores no município de Cametá/PA.

3.3 ACORDO DE PESCA

O acordo de pesca no município de Cametá/PA, foi publicado no diário oficial do estado DOE 35.727, de 29 de fevereiro de 2024, este acordo é um instrumento legal que tem como objetivo: “a conservação, preservação e a manutenção dos estoques de pescado, do meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades da região do baixo Tocantins” (PARÁ, 2024).

Este acordo oficializado é uma tentativa de mitigar a pesca predatória dos espécimes da região, principalmente do Mapará fífite (filhote) que são capturados com tamanho inferior a 29 cm. O mapará

é a base alimentar dos cametaenses, entretanto, a captura dessa espécie vem acontecendo cada vez mais precoce, o que implica no processo reprodução.

Atualmente, 61 comunidades fazem parte do acordo de pesca, porém muitas comunidades ficaram de fora do acordo como é o caso da comunidade de Caripí. É necessário realizar reuniões informativas por parte dos órgãos fiscalizadores do acordo de pesca com intuito de esclarecer as comunidades a importância e os benefícios do acordo, o que é permitido e proibido no período do defeso. Trabalhar o processo de sensibilização por meio de material orientativo e educativo, bem como, promover campanhas podem surtir efeitos significativos.

3.4 CURSO DE INFORMÁTICA

A colônia de Pescadores Z-16 de Cametá/PA, oferece cursos de informática aos pescadores associados e seus filhos totalmente gratuito. Este projeto (Pescando Saber) está em vigor por aproximadamente 16 anos, durante esse tempo muitos alunos já foram contemplados com o curso básico e avançado.

Figura 7- Curso de Informática



Fonte: Silva, 2013.

Muitos pescadores que concluíram o curso de informática conseguiram trabalho na área em redes de farmácias, supermercados, na própria sede da Colônia de Pescadores no período de alta demanda (assinatura do seguro defeso), além disso, conseguem se alinhar neste campo quando chegam a universidade com os trabalhos acadêmicos. De acordo com Silva (2013):

“Os cursos geram uma nova possibilidade de acesso à informação e aos conhecimentos construídos e disponibilizados pela sociedade. Possibilitam a construção de um conjunto de conhecimentos exigidos pela vida social, assim como, pela vida produtiva no mundo do trabalho. Ou seja, esses conhecimentos articulam-se com a vida social, gerando possibilidades de comunicação com outras pessoas e de acesso a um conjunto de informações disponíveis na internet”.

Este projeto é uma iniciativa de inclusão e oportunidade para os menos favorecidos, principalmente para aqueles que não se identificam na profissão de pescadores e que buscam novas oportunidades para sobreviver.

3.5 CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR

O cursinho Pré-Vestibular Rede de Conhecimento: Pescando Oportunidades foi idealizado pela Colônia de Pescadores de Cametá/PA, com intuito de oportunizar os pescadores que pretendem ingressar na Universidade Pública como a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade do Estado do Pará (UEPA). Este projeto é gratuito aos pescadores associados, além disso, a maioria dos professores são filhos de pescadores que conseguiram se formar e agora participam do projeto para auxiliar os alunos no ingresso a universidade.

A coordenação do cursinho por meio da presidência da Colônia de Pescadores consegue pagar hora/aula aos professores, é um valor simbólico, mas o importante é a intenção de contribuir com o conhecimento e fazer a diferença na vida dos alunos. Alguns professores da Universidade Federal do Pará e da Universidade do Estado do Pará integram esse projeto como professores e orientam os vestibulandos na escolha dos cursos por meio de testes vocacionais.

Figura 8-Aula inaugural do Cursinho Pré-Vestibular da Colônia Z-16 de Cametá



Fonte: Fernandes, 2023.

No ano de 2023, o cursinho Pré-Vestibular contou com 400 alunos inscritos, dos quais, 120 alunos foram aprovados no vestibular nas Universidades Públicas. O número de aprovados vem aumentando a cada ano e isso vai dando credibilidade ao projeto e, sobretudo, a Colônia de Pescadores porque é uma iniciativa que vem mudando e construindo histórias de vida de cada pescador que realiza o sonho de ingressar em uma Universidade Pública.

3.6 CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em 2023, foi realizado um curso de Educação Ambiental para os pescadores de Caripi por meio do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia-PPGEDAM do Núcleo de Meio Ambiente-NUMA da Universidade Federal do Pará-UFPA. Este curso foi parte de uma atividade de Residência Ambiental dos autores desse trabalho.

O curso contou com teoria e prática, na primeira parte foi trabalhado os conceitos de Natureza, Meio Ambiente, Problema Ambiental, Coleta Seletiva, Tratamento de Resíduos Orgânicos, Reciclagem, Organização de Atividades Econômicas e Conscientização Coletiva. Na prática foi realizada fabricação de sabão caseiro com o reaproveitamento do óleo de cozinha e compostagem doméstica com técnica para o tratamento dos resíduos orgânicos.

Como resultado do curso de Educação Ambiental um grupo de mulheres iniciou um processo de auto-organização para fabricar sabão caseiro de óleo usado e de gordura de frango. Inicialmente, a fabricação foi para consumo próprio e depois começaram a vender nas vizinhanças e assim, foram expandido para as comunidades mais próximas.

A coleta do óleo de gordura de frango já acontece por mais de uma ano na comunidade de Caripi, isso se deve muito ao curso, mas também é fruto da sensibilização que o grupo vem realizando com os pescadores. Essa mudança de atitude prova que a Educação Ambiental surte efeito positivo quando trabalha com a realidade local, conciliando conhecimento empírico, teoria e atividade prática que tem potencial para a geração de renda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que os problemas socioambientais enfrentados pelos pescadores precisam de atenção por parte do poder público, pela Colônia de pescadores Z-16 de Cametá, assim como pelas lideranças das comunidades no sentido de cobrar Políticas Públicas, Programas e Projetos que supram as demandas dos pescadores.

O acordo de pesca, os cursinhos de informática, pré-vestibular e o curso de Educação Ambiental são algumas alternativas de melhorias e oportunidades aos pescadores, porém ainda precisa de mais esforços para promover mudanças significativas.

Os pescadores mostram capacidade de resiliência criando atividades alternativas para enfrentar os problemas sociais, ambientais, econômicos e político. Entretanto, é urgente que haja uma contrapartida dos gestores municipais e estaduais no apoio as iniciativas criadas pelos pescadores.

REFERÊNCIAS

BARROSO, M.P. Acompanhamento da atividade pesqueira. Entrevista cedida a Waldilene do Carmo Garcia. Cametá, 2020.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Institui a Política Nacional de Meio Ambiente. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938compilada.htm. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. Lei Nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p.1, 26 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.779compilado.htm. Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>. Acesso em: 27 set. 2020.

CASTRO.T. Pesca do Mapará 2023. Disponível em: <https://toninhocastro.com.br/acervo/pesca-do-mapara-2023/> Acesso em: 21 nov.2024.

GARCIA, J.N.A. Acompanhamento da atividade pesqueira. Entrevista cedida a Waldilene do Carmo Garcia. Cametá, 2020.

IBGE. Cidades e estados. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/cameta.html>. Acesso em 21 set.2020.

OLIVEIRA, R.S. Desenvolvimento ovariano do mapará, *hypophthalmusmarginatus*, valenciennes, 1840 (siluriforme, pimelodidae): caracterização estrutural e imunohistoquímica. 2018. 42 F. (Dissertação de mestrado em Ecologia aquática e pesca). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

PAINEL SANEAMENTO BRASIL. Indicadores por localidades. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/explore/localidade?SE%5B1%5D=150210>. Acesso em: 25 de set. 2020.

PARÁ. Acordo de Pesca do Município de Cametá, Estado do Pará. Diário Oficial do Estado. Belém, 2024. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/anexos/443850_ANEXO%20PORTARIA%20SEMAS%20N%C2%B020288,%20DE%202028%20DE%20FEVEREIRO%20DE%202024.pdf acesso em: 22 nov.2024.

RIBEIRO, F.J. Acompanhamento da atividade pesqueira. Entrevista cedida a Waldilene do Carmo Garcia. Cametá, 2020.

SILVA. B.M.V. Meio Ambiente e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação na Amazônia: A Experiência do Projeto Pescando Saber da Colônia dos Pescadores Z-16 de Cametá (PA). XXXVII

Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1681-1.pdf> acesso em: 22 nov.2024.